


### Processo de democratização, teoria política e partidos políticos no Brasil: uma análise da transição do regime militar para a nova república

#### democratization process, political theory and political parties in Brazil: an analysis of the transition from the military regime to the new republic

 <https://doi.org/10.56238/sevedi76016v22023-065>

**Bruno Vicente Lippe Pasquarelli**

#### RESUMO

O artigo analisa, por meio da metodologia de estudo de caso, as mudanças políticas que afetaram a trajetória dos partidos políticos e do sistema partidário durante o processo de democratização no Brasil. Para tanto, foram examinadas as mudanças ocorridas no cenário político que influenciaram o funcionamento dos partidos políticos em uma análise dos fatos que ocorreram durante o regime militar e seu singular processo de abertura, com mudança do bipartidarismo para o pluripartidarismo, bem como as correntes teóricas que analisaram o momento político da transição, destacando a relação entre transição democrática e o ressurgimento dos partidos políticos.

**Palavras-chave:** Autoritarismo, Democratização, Partidos Políticos, Teoria política.

#### ABSTRACT

The article analyzed, through the case study methodology, the political changes that affected the trajectory of political parties and the party system during the process of democratization in Brazil. In order to do so, we examined the changes that occurred in the political scenario that influenced the functioning of political parties in an analysis of the facts that occurred during the military regime and its unique process of democratic opening, with a change from bipartisan to multiparty, as well as the theoretical currents who analyzed the political moment of transition, highlighting the relationship between democratic transition and the resurgence of political parties.

**Keywords:** Authoritarianism, Democratization, Political parties, Political theory.

## 1 INTRODUÇÃO

Assim como diversos países da América Latina, o Brasil atravessou a década de 1980 envolto em crises de ordem política, econômica e social. No plano político, houve a desagregação do regime autoritário e a implementação de uma nova ordem democrática. No plano econômico, sob o impacto da dívida externa, os anos 80 foram marcados pela inflação, descontrole das finanças públicas e prevalência de taxas de crescimento erráticas. Por fim, no plano social, houve o agravamento de alguns problemas – como a desigualdade social – que já vinham sendo observados durante o regime militar<sup>1</sup>.

Do ponto de vista político, a transição política do regime militar para a democracia teve três fases. A primeira, de 1974 a 1982, foi o período onde a dinâmica política da transição estava sob total controle dos militares, havendo pouco espaço para os partidos políticos. A segunda fase, de 1982 a 1985, foi também

---

<sup>1</sup> De acordo com Lamounier (1990, p. 13), “a drástica redução no ritmo do crescimento econômico, a aceleração dos índices inflacionários e o agravamento das condições sociais, ao longo de toda uma década, assumiram proporções preocupantes, não obstante os avanços logrados na esfera político-institucional”.

caracterizada pelo domínio militar, mas outros atores passaram a ter papel importante no processo político. Na terceira fase, de 1985 a 1989, os militares deixaram de possuir o papel principal, sendo substituídos por políticos civis e pela predominância dos partidos políticos.

Sendo assim, a partir dessas constatações, o principal objetivo do artigo é analisar as mudanças políticas ocorridas que afetaram a trajetória dos partidos políticos e o sistema partidário durante o singular processo de democratização no Brasil (Diniz, 1985; Lamounier, 1988; Stepan, 1988), que vai de 1974 a 1989. Para realização de tal objetivo, o artigo será dividido em três sessões. Na primeira sessão, serão observadas as mudanças ocorridas no cenário político que influenciaram o funcionamento dos partidos políticos em uma análise dos fatos históricos e políticos que ocorreram durante o regime militar e seu singular processo de abertura – onde houve a mudança do bipartidarismo para o pluripartidarismo. Na segunda sessão, serão analisadas as principais correntes teóricas que analisaram o momento político da transição e que procuraram debater a continuidade de elementos do regime militar e o aparecimento de novos atores na sociedade, como os partidos políticos desvinculados dos militares. Isso porque é necessário um breve entendimento da discussão teórica que ocorreu no Brasil durante a década de 1980, onde diversos acadêmicos e intelectuais fizeram prognósticos sobre a crise do regime militar e sobre o processo de democratização que vinha ocorrendo. Dessa maneira, o artigo se centrará na análise dos principais pressupostos de Fernandes (1986), Weffort (1985), Cardoso (1988), Lamounier (1990) e Souza (1988) sobre o processo de democratização e sobre o reaparecimento do pluripartidarismo durante os anos 1980.

Em seguida, será observada a dinâmica de funcionamento do pluripartidarismo na Nova República até as eleições de 1989, onde Fernando Collor de Melo foi eleito de modo direto – pela primeira vez desde a eleição de Jânio Quadros.

Por fim, serão tecidas as considerações finais. O artigo busca contribuir para a análise de um dos períodos mais singulares da história brasileira, o processo de democratização da década de 1980, analisando como as mudanças afetaram o funcionamento e o papel dos partidos políticos.

## **2 MILITARES, PARTIDOS POLÍTICOS E ABERTURA DEMOCRÁTICA: A POLÍTICA BRASILEIRA NO PERÍODO 1964-1985**

O regime militar, que se iniciou em 1964 e durou até 1985 (com a eleição de Tancredo Neves), teve fases distintas. A primeira fase, que vai de 1964 até 1974, pode ser vista como o início da atividade repressiva, sendo que em 1968, houve a supressão de direitos políticos. Já a segunda fase teve início em 1974, com Ernesto Geisel na presidência. Com ela, passaram a ocorrer diversas tentativas de liberalização do sistema. Sendo assim, a seguir, o artigo irá analisar brevemente o primeiro momento para depois se centrar no exame do processo de abertura que é iniciado com Geisel.

## 2.1 A PRIMEIRA FASE: REPRESSÃO E SUPRESSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS

No princípio do regime militar, o governo de Castelo Branco manteve os partidos até então existentes. No entanto, após uma derrota nas eleições para os governos de estado de 1965, os partidos foram extintos. Já em 1966, após um período inicial de intervenções, os militares começaram um processo de institucionalização de seu poder com a reforma partidária que aboliu os partidos existentes até então e instituiu o bipartidarismo, com o surgimento da Arena (Aliança Renovadora Nacional) e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Segundo Carvalho (2008), a Arena aprovava todos os projetos – mesmo os mais repressivos – e o MDB vivia um dilema: manter-se em funcionamento – sem condições de fazer oposição real – ou dissolver-se. Porém, esse sistema bipartidário não previa a alternância de poder. À Arena “caberia sempre a posição de sustentar o novo regime e ao MDB, de efetuar uma oposição dentro dos limites estabelecidos pelos governantes”. (Fernandes, 2007, p. 133)<sup>2</sup>.

Em 1967, foi estabelecida uma nova Constituição, que foi emendada em 1969 devido às incorporações dos diversos Atos Institucionais (AIs). A nova Constituição, além de ratificar o bipartidarismo de 1966, estabelecia a centralização do poder no Executivo. Além disso, as eleições para os cargos executivos estaduais e municipais (capitais e cidades estratégicas) seriam indiretas, assim como as eleições para a Presidência da República.

Em síntese, o regime militar buscou, em seus primórdios, suprimir os principais focos de oposição através de instrumentos de repressão, como os Atos Institucionais. O AI-5, por exemplo, foi o mais radical de todos, pois o Congresso foi fechado, foi suspenso o habeas corpus para crimes contra a segurança nacional, e diversos mandatos políticos foram cassados. Como resultado, não havia liberdade de opinião e reunião, os partidos eram controlados pelo governo, os sindicatos eram intervencionados, havia a proibição de greves, a justiça militar julgava crimes civis, não existia a inviolabilidade do lar, além da existência de mecanismos de tortura.

Para Kinzo (2001), o caso brasileiro assentou-se sob alicerces singulares quando trata-se de analisar a influência de fatores de longo prazo no processo de democratização. No âmbito da política, havia uma situação paradoxal. Por um lado, tratava-se de um regime tipicamente militar, mas onde havia arena de disputa pelo poder político. Por outro lado, tratava-se de uma situação que manteve em funcionamento alguns mecanismos de uma democracia representativa, pois o Congresso, o Judiciário e os partidos políticos continuaram em funcionamento (apesar de terem seus poderes radicalmente reduzidos). Em síntese, era um arranjo que combinava traços autoritários com democráticos.

---

<sup>2</sup> Nessa transição do antigo pluralismo para o bipartidarismo, o MDB teve a sua presença na Câmara reduzida de 36% para 32,5%. E com o endurecimento da ditadura em 1968 (AI-5) e o chamado ‘milagre econômico’, a Arena aumentou sua margem na Câmara, em 1970, de 67,5% para 72,3% (Fleischer, 2007).

## 2.2 A SEGUNDA FASE: ABERTURA DEMOCRÁTICA E RESSURGIMENTO DOS PARTIDOS

Não foi apenas o regime militar que teve traços peculiares. Isso porque foi também singular o processo de democratização – um longo processo, que se iniciou em 1974 com Ernesto Geisel e que terminou somente onze anos depois, em 1985.

Em 15 de março de 1974, Médici foi substituído na presidência pelo general Ernesto Geisel. Em seus pronunciamentos, Geisel utilizava a expressão *distensão lenta, segura e gradual* para retornar à democracia. Ou seja: o regime militar promoveria a abertura política, mas sem deixar o processo escapar do seu controle.

No entanto, o modo como este processo de liberalização se conduziu foi de uma maneira extremamente complicada, pois vários fatores influenciaram o curso do processo conduzido pelo governo militar. O primeiro fator foram as eleições. Em 1974, houve um surpreendente desempenho eleitoral do partido de oposição, o MDB – que havia se tornado um instrumento efetivo de oposição democrática e, com isso, ganhou 16 das 22 cadeiras do Senado (tabela 1).

Tabela 1 – Votos e Eleitos nas eleições legislativas de 1974

Votos	Arena	MDB	Branco e Nulos	Abstenção	Eleitorado
Senado	34,80%	50,10%	15,10%	19,10%	35.736.074
Câmara	40,90%	37,80%	21,30%	19,10%	35.810.715
Assembléias Legislativas	42,20%	38,80%	19%	19,20%	35.736.074
Eleitos	Arena	MDB	Total		
Senado	6 (27,3%)	16 (72,7%)	22		
Câmara	203 (55,8%)	161 (44,2%)	364		
Assembléias Legislativas	457 (58,1%)	330 (41,9%)	787		

Fonte: Kinzo, 1990.

O segundo fator era a instituição militar e seu conflito interno. Deste modo, ao final de 1978, reformas políticas liberais foram implementadas de acordo com o caráter gradual e seguro da política de distensão. No entanto, Geisel não teve a mesma habilidade para lidar com um terceiro fator que influenciou o processo de liberalização política: o problema econômico – pois havia evidências que o milagre econômico brasileiro estava se esgotando. Enquanto a economia se expandia, as contas externas e a inflação continuavam a crescer.

Sendo assim, a partir do governo Geisel, com a diminuição do crescimento da economia brasileira e com as crises internas entre os setores militares e civis, o esgotamento do modelo militar começou a aparecer. Mesmo após as eleições municipais de 1976, onde a Arena conseguiu a maioria das prefeituras e dos cargos nas Câmaras (tabela 2), Geisel optou por desacelerar o ritmo da abertura política, temendo as maiorias oposicionistas.

Tabela 2 – Votos e eleitos nas eleições municipais de 1976

Votos	Arena	MDB	Branco e Nulos	Abstenção	Eleitorado*
Prefeituras	61,60%	31,70%	6,80%	17,50%	29.660.210
Câmaras Municipais	52,90%	37,00%	10,20%	17,10%	42.218.102
Eleitos	Arena	MDB	Total		
Prefeituras	3176 (83,8%)	614 (16,2%)	3790		
Câmaras Municipais	27120 (74,1%)	9486 (25,9%)	36606		

Fonte: Kinzo (1990).

\*A diferença dos totais do eleitorado entre as duas eleições deve-se à não-realização de eleições para prefeito nas capitais dos estados, nas estâncias hidrominerais e nos municípios considerados de segurança nacional.

O governo militar procurou conter o avanço visível da oposição que vinha ocorrendo desde 1974. Em 1976, por exemplo, limitou a propaganda eleitoral e os debates foram proibidos. Já em 1977, decretou um conjunto de medidas repressivas conhecido como *Pacote de Abril*, onde o Congresso foi fechado, o mandato do presidente da República aumentou para seis anos, manteve-se a eleição indireta para governadores por colégios eleitorais estaduais manipulados para favorecer a Arena, e estabeleceu-se que um terço dos senadores passaria a ser eleito de modo indireto. Com isso, nas eleições legislativas de 1978, a Arena conseguiu recuperar muitas cadeiras que havia perdido nas eleições de 1974 – como mostra a Tabela 3 – pois conseguiu 54,7% e 62,5% de representação na Câmara e no Senado, respectivamente.

Tabela 3 – Votos e eleitos nas eleições legislativas de 1978

Votos	Arena	MDB	Branco e Nulos	Abstenção	Eleitorado*
Senado	35%	46,50%	18,50%	18,20%	45.864.901
Câmara	40%	39,30%	20,70%	18,30%	46.030.464
Assembléias Legislativas	41,20%	39,60%	19,30%	18,40%	45.864.901
Eleitos	Arena	MDB	Total		
Senado	15 (62,5%)	8 (34,8%)	23		
Câmara	231 (54,7%)	191 (45,3%)	422		
Assembléias Legislativas	492 (58,2%)	354 (41,8%)	846		

Fonte: Kinzo (1990).

\* A diferença nos totais do eleitorado se deve à não realização de eleições para o Senado e para as Assembleias Legislativas nos territórios de Rondônia, Roraima e Amapá.

Portanto, parecia que a abertura havia sido interrompida. A oposição, então, começou a mobilizar a sociedade para pressionar o governo. Passou-se a exigir anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos políticos, exilados e cassados. Diante da crescente pressão da sociedade civil, o Congresso (reaberto) aprovou proposta do governo, pelo qual o AI-5 ficava revogado a partir de primeiro de janeiro de 1979. Geisel, então, escolheu como seu sucessor na presidência da República o general João Baptista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI). Eleito de forma indireta, Figueiredo assumiu o cargo em

março de 1979, com o compromisso de aprofundar o processo de abertura política. Sendo assim, em 28 de agosto de 1979, o governo sancionou a Lei da Anistia e, em setembro, começaram a retornar do exílio líderes e militantes de oposição, como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes e Fernando Gabeira.

Ainda em 1979, o bipartidarismo foi extinto por lei aprovada pelo Congresso. Com isso, os estrategistas do governo visavam uma configuração partidária que compreendia quatro aspectos: dois partidos sucessores – da Arena, o PDS, e do MDB, o PMDB; um novo partido de centro, o PP (formado por moderados do ex-MDB, liderados pelo senador Tancredo Neves, e dissidentes liberais da Arena, liderados pelo deputado Magalhães Pinto); o ressurgimento de um partido trabalhista nos moldes do antigo PTB, liderado pelo ex-governador Leonel Brizola e pela ex-deputada Ivete Vargas; e a possibilidade de surgimento de um partido baseado no novo sindicalismo emergente nas regiões Sudeste e Sul – o PT, liderado por Luis Inácio Lula da Silva (Fleischer, 2007, p. 312)<sup>3</sup>. Esses partidos conseguiram arregimentar as bancadas no Congresso Nacional em março de 1980. Em primeiro lugar, o PP havia recrutado 90 deputados, deixando o novo PDS sem maioria absoluta. No entanto, em seguida, o governo conseguiu reduzir os quadros do PP a 68 deputados, preservando uma precária maioria de 225 para o PDS (Fleischer, 1988). Em segundo lugar, o antigo MDB foi dividido, ficando o PMDB com apenas metade de seus deputados. Em terceiro lugar, o PTB se dividiu entre Brizola e Ivete Vargas e, assim, Brizola foi obrigado a organizar um novo partido, o PDT. Em quarto lugar, para ter uma tribuna no Congresso Nacional, o PT aceitou a filiação de cinco deputados e de um senador egressos do MDB.

Como o governo Figueiredo tentou garantir a hegemonia do PDS nas próximas eleições (através do voto vinculado e da proibição de coligações), o PP se sentiu inviabilizado e se reincorporou ao PMDB. E, nas eleições de 1982 – que incluíam a escolha para o governo dos estados<sup>4</sup> e suas respectivas Assembleias Legislativas, para o Congresso Nacional, e para as prefeituras e Câmaras Municipais (ver tabela 4) – o regime militar perdeu sua maioria absoluta na Câmara dos Deputados. Além do mais, o PMDB ganhou as eleições estaduais em São Paulo (com Franco Montoro), Minas Gerais, Paraná, Acre e Pará; já o PDT ganhou no Rio de Janeiro, com Leonel Brizola. O Brasil, então, ficou dividido politicamente, sendo que o PMDB ganhou onde havia vida política mais intensa. Com isso, os alicerces excludentes foram abalados por um vigoroso processo de democratização política.

---

<sup>3</sup> Segundo Kinzo (2001), a criação do pluripartidarismo era uma estratégia do governo para dividir a oposição e manter a transição sob controle, pois os partidos opositoristas ficariam menos unidos e coesos.

<sup>4</sup> Pela primeira vez desde 1965, governadores estaduais foram eleitos pelo voto popular.



Tabela 4 – Votos e eleitos nas eleições gerais de 1982

Votos	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	Branco e Nulos	Abstenção
Governo Estadual	37,30%	5,40%	3,30%	4,20%	39,60%	10,20%	17,30%
Senado	36,50%	5,10%	3,20%	3,90%	37,80%	13,60%	17,30%
Câmara Federal	36,70%	4,90%	3,00%	3,80%	36,50%	15,20%	17,30%
Assembleias Legislativas	36,00%	4,80%	3%	3,70%	35,80%	16,80%	17,30%
Prefeituras	46,20%	2,70%	1,90%	2,20%	37,20%	9,70%	17,80%
Câmaras Municipais	39,00%	4,80%	2,90%	3,70%	36,80%	12,90%	17,30%
<b>Eleitos</b>	<b>PDS</b>	<b>PDT</b>	<b>PT</b>	<b>PTB</b>	<b>PMDB</b>	<b>Total</b>	
Governo Estadual	12 (54,6%)	1 (4,5%)	-	-	9 (40,9%)	22	
Senado	15 (60%)	1 (4%)	-	-	9 (36%)	25	
Câmara Federal	235 (49,1%)	23 (4,8%)	8 (1,7%)	13 (2,7%)	200 (41,8%)	479	
Assembleias Legislativas	476 (50,3%)	36 (3,8%)	13 (1,4%)	18 (1,9%)	404 (42,7%)	947	
Prefeituras	2533 (64,3%)	22 (0,6%)	2 (0,1%)	7 (0,2%)	1377 (34,9%)	3941	
Câmaras Municipais	25200 (62,2%)	556 (1,4%)	118 (0,3%)	209 (0,5%)	14451 (35,7%)	40534	

Fonte: Kinzo (1990).

Nos dois anos seguintes, em 1983 e 1984, a temática política ficou centrada na questão da sucessão presidencial que deveria ocorrer após o fim do regime militar – pois os militares se abstiveram de impor um general como candidato à sucessão. O principal debate era se a eleição deveria ser direta ou indireta. Sendo assim, em março de 1983, foi apresentado à Câmara dos Deputados um projeto de emenda à Constituição (de autoria de Dante de Oliveira, do PMDB) que restabelecia as eleições diretas para presidente da República. A proposta repercutiu imediatamente entre os setores mais politizados da sociedade e, seguida, PT, PMDB e PDT começaram a convocar a mobilização nacional em apoio à emenda Dante de Oliveira. Teve início, então, a *Campanha Diretas-Já*, que foi imediatamente aceita entre os diversos grupos sociais. No entanto, a emenda foi derrotada no Congresso.

Derrotada a campanha, a escolha do novo presidente ocorreu conforme os ditames da ditadura, de forma indireta, pelo Colégio Eleitoral<sup>5</sup>. Ficava claro, então, que os militares estavam determinados a manter o controle sobre o processo sucessório presidencial (Kinzo, 2001). Dessa maneira, logo em seguida, o PMDB acabou optando pela manutenção das regras estabelecidas – posição moderada dos líderes do partido. Ou seja: enquanto parte do PMDB trabalhava pelas *Diretas*, a ala moderada do partido articulava uma estratégia alternativa. A proposta era a candidatura de Tancredo Neves para concorrer pela oposição na eleição pelo Colégio Eleitoral. Entretanto, para isso acontecer, era necessário conseguir o apoio do partido governista.

E foi o que aconteceu em 1984. Tendo em vista a sucessão presidencial marcada a cargo do Colégio Eleitoral para 15 de janeiro de 1985, promoveu-se uma cisão no PDS em torno da escolha do seu candidato para a eleição indireta. Uma facção dentro do PDS, liderada por Aureliano Chaves, Marco Maciel e José Sarney, preconizava a realização de uma eleição prévia interna no partido para determinar o seu candidato

<sup>5</sup> Órgão formado pelos integrantes do Congresso Nacional (deputados e senadores) e por representantes das Assembleias Legislativas estaduais.

à Presidência da República. Já o grupo majoritário governista decidiu manter o mecanismo tradicional de articulações informais numa convenção nacional do partido. O grupo dissidente, denominado *Frente Liberal*, selou a *Aliança Democrática* com o PMDB e articulou a chapa com Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice<sup>6</sup>; quanto ao PDS, sua convenção nacional escolheu o ex-governador Paulo Maluf para presidente e o deputado Flávio Márcílio para vice. Com isso, a chapa da *Aliança Democrática* conseguiu 113 votos dos dissidentes da Frente Liberal e ainda 55 votos dos que permaneceram no PDS, vencendo, assim, a chapa Maluf-Márcílio por uma margem de 300 votos. A Nova República, então, estava inaugurada. Mas seria mesmo uma *Nova República* ou haveria a manutenção de algumas características do regime militar na democracia? Haveria inovação política ou manutenção da ordem antiga?

### 3 RUMOS DA TRANSIÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL: AS CORRENTES TEÓRICAS

Após visualizar os movimentos históricos do regime militar e do início da transição até 1985 e antes de adentrar particularmente na discussão sobre a questão dos partidos políticos no período democrático (pós-1985), é necessário observar como os principais acadêmicos dialogaram sobre o plano da política na década de 1980. Sendo assim, em um primeiro momento, serão analisadas as principais teorias que observaram o processo de transição; e, em um segundo momento, o artigo irá descrever as obras que começaram a tratar sobre a problemática dos partidos políticos. Com isso, busca-se estabelecer um paralelo com a terceira e última sessão.

No Brasil dos anos oitenta, alguns acadêmicos analisaram o processo de transição democrática a partir de um viés de esquerda. Alguns, como Fernandes (1986), demonstraram que o caminho a ser seguido era o da revolução, devido à incapacidade da burguesia e do capitalismo brasileiro – dominados pelo capitalismo transnacional. Com isso, era preciso fazer a revolução burguesa plena, pois não existia espaço democrático e política partidária. Outros, como Weffort (1985), fizeram uma leitura sobre como fazer a transição do regime militar para a democracia através de alguns pressupostos socialistas, atacando, assim, a forma de transição conservadora vinculada a setores da direita.

De acordo com Fernandes (1986), é preciso observar a importância da crise da ditadura, onde há uma incapacidade crônica da burguesia – afetada pela dependência com o desenvolvimento capitalista. Com a burguesia debilitada, a ditadura foi um meio de impedir que a revolução nacional e democrática interferisse negativamente na eclosão do capitalismo monopolista. Sendo assim, manter o máximo de ditadura possível era uma forma de segurar a revolução democrática, garantindo a transição política de

---

<sup>6</sup> Segundo Kinzo (2001, p. 7), tal fato teve duas conseqüências: possibilitou que os dissidentes do regime autoritário desempenhassem um papel importante no novo regime e abriu um amplo espaço para as críticas dos setores mais radicais da oposição – como o PT. E sob o argumento de que o Colégio Eleitoral era ilegítimo e não representativo, os parlamentares do PT foram orientados a não participar da escolha do sucessor de Figueiredo.



forma lenta, gradual e segura. Há, portanto, um *mudancismo dócil*, uma continuidade entre ditadura e democracia, que

“declara ostensivamente que a contra-revolução foi interrompida no tope e para o proveito dos de cima. O que sublinha que militares e civis dos estratos dominantes das classes altas não romperam as composições que conduziram, primeiro, à ditadura, e, em seguida, a uma mortífera transição conservadora”. (Fernandes, 1986, p. 11).

Tal *mudancismo dócil* ocorreu porque a ideologia da classe dominante das nações capitalistas hegemônicas foi importada para as burguesias da América Latina. Com isso, importou-se também a teoria do desenvolvimento com segurança, que pressupunha a modernização dirigida e graduada pelos países centrais. Dessa maneira, as oligarquias modernizadoras passaram a estabelecer as bases econômicas e políticas da revolução ao introduzir medidas repressivas imperialistas, anti-sociais e antinacionais. Segundo Fernandes (1986), um dos principais motivos para que tais fatos ocorressem é que não existia, no Brasil, uma consciência de classe burguesa revolucionária, pois as classes burguesas correram atrás das transformações capitalistas, e não as provocaram ou conduziram.

Com a eleição de Tancredo Neves, em 1985, o pacto conservador, na visão de Fernandes (1986), continuou a ser tramado, pois mesmo fora do poder, o braço militar continuou por trás da presidência. Sendo assim, Tancredo abraçou a composição política que garantiu ao capital nacional e internacional uma transição sem ousadias e sem turbulências. Ou seja: a ditadura não seria desmantelada e serviu de guia para a democratização. A Nova República, dessa maneira, não rompeu com o passado, mas apenas contornou e prolongou a ditadura, onde as massas ainda não encontraram meios de luta política organizada e eficiente.

No entanto, sob o governo de transição, existem vários focos de fragmentação do poder político-estatal, situados dentro do Estado e no âmbito da sociedade civil. E, de acordo, com Fernandes (1986, p. 33), é preciso “impedir que o passado se prolongue e se reproduza no presente e faça do futuro uma reprodução ampliada do passado”.

Ainda analisando a questão da transição democrática no Brasil, Weffort (1985) também relata que existe um vínculo de continuidade entre a distensão de Geisel e a abertura de Figueiredo. Para o autor de *Por que democracia?*, a iniciativa da transição veio de cima. No entanto, sua continuidade e seu avanço progressivo não teria sido possível sem as pressões exercidas pela sociedade civil e dos partidos de oposição. Ou seja: desde 1974, tem havido uma complexa relação entre regime e oposição, e entre Estado e sociedade.

A democracia é o terreno onde grupos e partidos lutam pelo poder. Sendo assim, a luta política no Brasil é uma luta pela democracia e pela hegemonia dentro da democracia. Mas quando ocorreu a descoberta do valor democrático na política brasileira? Segundo Weffort (1985, p. 64), ocorreu “no momento mais obscuro de nossa história, os anos de infâmia do período Médici”. Portanto, a transição só pode ser entendida se compreendermos os efeitos da violência que se abate na sociedade depois de 1964.

Entre 1964 e 1974, a violência da direita e da esquerda serviu como fator de desorganização e de ruptura do sistema político – o sistema pluripartidário, por exemplo, foi abolido. E, com a destruição do sistema político, o poder do Estado passou a destruir a si próprio. Ou seja: segundo Weffort (1985), um Estado que pratica o terror tende a anular-se a si próprio. Era um anti-governo, pois as elites políticas manejavam os instrumentos do poder em seu próprio benefício dos interesses privados.

No entanto, nesses anos de violência, surgiram novas atitudes em relação ao Estado, à sociedade e à democracia. Isso porque, no início da distensão, Geisel restabeleceu a disciplina nas Forças Armadas e preparou as condições para existir no país um governo com capacidade para governar (ao contrário do governo de Médici, onde o sistema era um caos de iniciativas desordenadas). Além disso, já não havia mais radicais nas oposições e as guerrilhas estavam derrotadas, sendo que a maioria dos remanescentes da esquerda passou a se converter às lutas democráticas.

Com a derrota da resistência armada, as lutas de caráter institucional acabaram se tornando palavra comum do conjunto das oposições. E, para romper com o autoritarismo, era necessário dar uma nova forma ao Estado. Sendo assim, dos escombros da repressão nasceu uma nova esquerda no Brasil, visualizada no surgimento do PDT e do PT.

É evidente, segundo Weffort (1985), que a transição estava ligada ao predomínio dos conservadores na sociedade e na política brasileira. “Abre-se assim a perspectiva de um projeto, tão tradicional quanto elitista, de conciliação nacional”. (Weffort, 1985, p. 87), do qual Tancredo Neves é o expoente máximo e onde os interesses das classes dominantes estão garantidos.

Portanto, Fernandes (1986) e Weffort (1985) denunciam os problemas da transição brasileira, onde se observa a continuidade do conservadorismo das elites políticas. Enquanto Fernandes é favorável a algumas mudanças de ordem revolucionária na crise crônica do poder burguês, Weffort faz uma leitura de esquerda sobre a democracia e de que o PT era o primeiro partido de esquerda no Brasil – com um viés anti-varguista e anti-desenvolvimentista. Por sua vez, o PMDB se tornou um partido hegemônico, o que pode contribuir para a transição conservadora.

Partindo de alguns argumentos semelhantes aos de Fernandes (1986) e Weffort (1985), Cardoso (1988) descreve as consequências estruturais das transformações econômicas na sociedade brasileira e a questão política da relação entre Estado e sociedade civil, e mostra que a sociedade brasileira da década de 1980 é cópia original, desejada e programada pela escolha de políticas, pois a presença do Estado na economia continua forte tornando-se parte integrante da ordem econômica e da sociedade civil<sup>7</sup>. Como explicar, então, que o processo de desenvolvimento dependente permitiu a abertura de um elenco de possibilidades políticas que resultaram no debilitamento da ordem autoritária? Com isso, são necessários

---

<sup>7</sup> Há, nesse caso, a presença do antigo no novo – ou seja, a presença do Estado na democracia brasileira -, pois, devido à dependência de desenvolvimento periférico, os setores burgueses vinculados ao capital estrangeiro continuam hegemônicos

novos esquemas teóricos capazes de visualizar a nova sociedade e a nova política – mas onde ainda há a presença forte do Estado.

Segundo Cardoso (1988), a ruptura do autoritarismo no Brasil, sem quebra do Estado e do suporte militar, fez renascer explicações mais abrangentes sobre a democratização e sobre o ressurgimento dos partidos políticos e da sociedade civil.

Em primeiro lugar, há a explicação liberal-democrata. Segundo tal concepção, com o desenvolvimento e controle burocrático, produziu-se um espaço de liberdade não previsto na sociedade civil e uma condensação autoritária no Estado. Entre ambos, ocorreu um fosso, um vácuo. Sendo assim, a democracia teria brotado no solo virgem da sociedade, deixando o Estado embalado em seu isolamento autoritário.

Em segundo lugar, no pólo oposto, elaborou-se uma versão do mesmo processo, mas com outro ângulo: a teoria liberal-conservadora. Influenciados por Oliveira Vianna e rejeitando os efeitos da restauração da sociedade civil, esses ideólogos voltaram a ver na modernização do Estado como a garantia para o processo de abertura política e democratização que escapasse das armadilhas do liberalismo. Era necessário, portanto, ter uma máquina estatal eficiente que reconstruísse uma ordem política fundada na ideia de que o bem público se assenta melhor no Executivo.

Em terceiro lugar, há outra versão mais radical de autonomia da sociedade civil – os democratas-basistas, cujos pressupostos estipulavam que a democratização somente viria de um movimento que rejeitasse o Estado, sendo que o fundamental era a organização autônoma da população ao redor de reivindicações concretas que deveriam ser exigidas da autoridade pública sem o intermédio de partidos e sem a delegação de representantes eleitos. Por último, há também a visão socialista, que ora se une ao ideário liberal-democrático, ora somam-se às pressões basistas em prol de uma democracia mais direta.

Segundo Cardoso (1988), com exceção da postura liberal-democrática, as demais hipóteses são heterodoxas. No entanto, existe outro paradigma de análise política em elaboração: a questão dos partidos políticos.

O regime autoritário brasileiro teve papel crucial na formação dos partidos brasileiros – que não nasceram do Parlamento e não são movidos por uma concepção global de mundo. Por isso, “quando irrompeu no Brasil um novo momento de politização, os partidos nasceram, ao mesmo tempo, como forma estatal e como instrumento de organização da luta, das classes, das ideias, inclusive daquelas anti-Estado”. (Cardoso, 1988, p. 473).

A questão da relação entre partidos políticos e democratização também é abordada por Souza (1988), ao demonstrar que no processo de abertura impera a continuidade e o conservadorismo. Dessa maneira, a autora procura analisar os limites e potencialidades de expansão da democracia no Brasil.

Durante o processo de democratização, houve a ausência de um projeto articulado pelas forças de oposição ao autoritarismo. Isso porque era difícil a articulação consensual sobre as políticas do novo

regime. Essa timidez, então, acabou por confinar as demandas oposicionistas a um espaço limitado<sup>8</sup>. Com isso, a transição brasileira levou a Nova República a se instalar sobre os alicerces institucionais do regime autoritário, permitindo que a elite política do regime anterior se mantivesse no poder.

A partir dessa constatação, o processo partidário-parlamentar da década de 1980 é caracterizado pela existência de um vasto centro, o qual Souza (1988) denomina de *centrismo invertebrado*. Ou seja: há a presença do velho regime no interior dos dois partidos que sustentam a Nova República e o comando dos ministérios (o PMDB e o PDS), o que mostra o perfil conservador do processo democrático.

Outra característica dos partidos políticos dos anos 80 é a necessidade do clientelismo estatal para a sobrevivência partidária. E a necessidade

“de manter a unidade partidária – em parte induzida pelos condicionamentos da competição eleitoral centrada no acesso ao clientelismo estatal – faz com que o partido se distancie, do ponto de vista popular, da imagem com a qual a população se mostrava identificada durante o regime militar. O PMDB era o partido ao qual deveria caber a maior parte de poder na condução do processo de transição democrática. Hoje, não se constitui nem no principal veículo das comunicações do governo à população”. (Souza, 1988, p. 573).

Sendo assim, a modalidade da transição, a ausência de políticas articuladas e o desarranjo partidário foram fatores que trouxeram dificuldades ao processo. Além disso, pouco foi feito para minimizar as características pretorianas do sistema político, o reforço do corporativismo e a integração direta dos interesses sociais no interior do Estado, e o alto custo da informação política para os setores populares. Tais fatores tornaram difícil a dispersão da responsabilidade pelas decisões governamentais. Dessa maneira, no Brasil, é difícil estabelecer uma distinção entre sistema político e governo, pois todas as forças políticas competitivas se incluem, ao mesmo tempo, no governo e na oposição<sup>9</sup>.

A visão da dificuldade e da continuidade do processo de democratização também pode ser observada através da perda da capacidade decisória por parte do Estado. Segundo Lamounier (1990, p. 16), “o prolongamento excessivo da abertura e as difícilíssimas circunstâncias sob as quais nasceu a Nova República de Tancredo Neves reduziram a legitimidade, assim entendida, a um nível extremamente precário”. A abertura, além disso, não teve um marco nítido, pois se processou através de um relaxamento progressivo dos controles. Foi, portanto, um processo negociado, que reduziu os custos de descompressão da violência política.

Com a perda de capacidade decisória, o Estado não conseguiu desempenhar o papel de indutor do desenvolvimento. E para Lamounier (1990), tal perda pode ser observada em três aspectos: em primeiro lugar, devido à crescente dispersão do poder, pois a passagem do governo Figueiredo ao de José Sarney foi

---

<sup>8</sup> A negociação, feita em 1984, não teve a presença de partidos de esquerda ou de representantes de seus setores. Além disso, não foi conduzida de modo transparente para a sociedade, sendo um pacto realizado por elites regionais e sustentado por frações militares.

<sup>9</sup> Tal constatação é resultado, segundo a autora, do patrimonialismo do Estado e da ação das elites econômicas e políticas, para as quais a fronteira entre o bem público e o bem privado é obscura. Sendo assim, o espaço público é uma arena para a manifestação das necessidades privadas.

um período em que nem os remanescentes do regime militar e nem as novas lideranças políticas conseguiram reorganizar um sistema de poder com real capacidade decisória<sup>10</sup>; em segundo lugar, em razão dos impasses institucionais que não puderam ser contornados (como a questão do mandato presidencial<sup>11</sup>); por fim, em terceiro lugar, em virtude da coexistência competitiva de visões alternativas de caráter global – pois havia a insegurança dos rumos econômicos e da identidade do país; com isso, a questão do projeto nacional foi muito debatida por utopias participativas, parlamentaristas e presidencialistas.

Portanto, as análises do momento político da transição para a democracia na década de 1980 demonstram que ainda existe a presença de muitas características do regime militar no processo de democratização, pois os vínculos continuam existindo. Mas, após 1985, a dinâmica política continuaria a mesma, com os mesmos atores? Como se situariam os partidos políticos na conjuntura singular da Nova República?

#### **4 DEMOCRATIZAÇÃO E PARTIDOS POLÍTICOS NO PERÍODO 1985-1989**

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos para a presidência e a vice-presidência da República, respectivamente. Mas com a morte de Tancredo e a posse de Sarney, a Nova República nascia sob circunstâncias bastante frágeis. Isso porque Sarney não tinha um plano de governo nem legitimidade, pois era uma figura política vinculada com os militares e que assumia o poder sem o respaldo das urnas. Mas mesmo com problemas de governabilidade, havia claros sinais da intensa democratização da esfera política na sociedade e nos novos atores sociais.

Outra característica do período é que, com a constituição do PFL, o sistema partidário brasileiro diversificou o pluripartidarismo em três pólos: PDS, PMDB e PFL. O governo Sarney, por exemplo, se sustentou com base na coalizão congressual PMDB-PFL. Além disso, houve a aprovação da Emenda Constitucional 25, que liberou a formação de novos partidos políticos. Da esquerda, saíram da clandestinidade os dois partidos até então enrustidos no PMDB – o PCB e o PCdoB – e também o PSB. Da direita, egressos do PDS, além do PFL foram criados o PDC e o PL. Assim, o sistema partidário expandiu-se de 5 para 11 partidos, e o PMDB se tornou dominante.

O domínio do PMDB pode ser visualizado nas tabelas 5 e 6. Na tabela 5, o partido obteve 76% dos eleitos nas capitais do país, enquanto que o PDS obteve apenas um (4%). Já a tabela 6 demonstra claramente que o PMDB se tornou o partido hegemônico na Assembléia Nacional Constituinte (doravante, ANC) de 1987-88, com 54,4% de cadeiras, além de ter conquistado 22 dos 23 governos estaduais possíveis.

---

<sup>10</sup> A dispersão do poder foi impulsionada, por exemplo, pela desregulamentação do processo de formação de partidos pela emenda constitucional de maio de 1985, e reforçada com a convocação de eleições diretas para a prefeitura das capitais em novembro de 1985. No entanto, o passo decisivo para a dispersão foi a convocação do Congresso Constituinte, em fevereiro de 1986. Isso porque durante a Constituinte, o regime de trabalho era extremamente descentralizado.

<sup>11</sup> A Constituição vigente era a do regime militar, que estabelecia um mandato presidencial de seis anos. Mas utilizando recursos para pressionar o Legislativo, Sarney conseguiu votos e obteve um mandato de cinco anos.

Tabela 5 – Votos e eleitos nas eleições para as prefeituras das capitais em 1985

	PMDB	PFL	PDT	PTB	PDS	PT	PCB	PSB	PL	Outros	Branco e nulos	Abstenções	Eleitorado
<b>Votos</b>	33%	8,80%	14%	14,40%	3,80%	11,20%	0,50%	2,60%	1,50%	4,30%	6%	17,30%	15.474.118
<b>Eleitos</b>	19 (76%)		2 (8%)	1 (4%)	1 (4%)	1 (4%)							

Fonte: Kinzo (1990).

Tabela 6 – Eleições para governos estaduais, ANC e assembleias estaduais

	Governos estaduais	Senado (ANC)	Câmara (ANC)	Assembleias Estaduais
<b>PMDB</b>	22	38	261	448
<b>PFL</b>	1	7	116	233
<b>PDS</b>	-	2	32	80
<b>PDT</b>	-	1	24	63
<b>PT</b>	-	-	16	39
<b>PCB/PCdoB/PSB</b>	-	-	9	8
<b>PTB/PDC/PL/PSC/PMB</b>	-	1	29	67
<b>Outros</b>	-	-	-	15
<b>Total</b>	23	49	487	953

Fonte: Kinzo (1990).

Segundo Kinzo (2001), a ANC foi um dos principais sinais do processo de democratização<sup>12</sup>. Isso porque a elaboração da Constituição de 1988 foi ilustrativa da complexidade do processo de democratização, pois envolveu um embate entre os mais variados grupos, os trabalhos foram organizados sob uma estrutura descentralizada, e houve ampla abertura para a sociedade. A atividade constitucional tornou-se o evento mais importante nos últimos tempos no que tange ao desenvolvimento partidário no Brasil. Segundo Kinzo (1990, p. 116),

“talvez pela primeira vez em nossa história os partidos dispuseram de recursos políticos necessários para o desempenho de suas funções como órgãos representativos e de decisão, em uma situação em que deveriam construir um novo arcabouço constitucional sob os olhos atentos da opinião pública e sob as pressões de grupos organizados da sociedade civil”.

Além disso, para Coelho (1999), os partidos políticos brasileiros coordenaram os interesses e as tomadas de decisões na elaboração da ANC, atuando de forma coerente<sup>13</sup>. Contrariamente do que outros estudos sobre a ANC afirmavam, os partidos agiram nos momentos decisivos com graus de coesão variados para fazer deles os verdadeiros decisores. Havia, portanto, uma lógica consistente por trás do caos aparente.

O PMDB, como se viu na tabela 6, contava com maioria e no Congresso e no Senado. Com isso, possuía poder para elaborar e aprovar a nova Constituição. Entretanto, a maioria dos parlamentares se

<sup>12</sup> Nunca se pensou na Constituição antiga para a realização de uma nova; a única alternativa viável era a realização de uma ANC para elaboração de uma nova e legítima Constituição. Isso porque sua realização era vista como a única forma possível de superar o autoritarismo. (Coelho, 1999).

<sup>13</sup> Uma das maiores divergências era se a ANC deveria ser exclusiva, escolhida pelo povo, ou congressual, realizada pelo Congresso Nacional. A proposta de uma Constituinte exclusiva foi sepultada e o Governo saiu vitorioso, pois desejava a Constituinte Congressual, bem mais previsível e conservadora. Além disso, a opção congressual apontava para o fortalecimento do PMDB e de outros partidos, excluindo concorrentes como sindicatos e associações de classe – que poderiam ter outros interesses (Coelho, 1999).



rebelou contra a supremacia do PMDB e criou, em dezembro de 1987, o *Centrão*, que tinha como objetivo a modificação do Regimento Interno e a reversão da tendência de vitória avassaladora do grupo majoritário – o PMDB. O *Centrão* obrigou o PMDB a modificar sua estratégia de ação parlamentar – mesmo que o controle das decisões tenha permanecido orientado pelo PMDB<sup>14</sup>.

Por fim, com o retorno do governo aos civis, a legislação partidária foi modificada, o que facilitou a criação e o registro de legendas novas. Dos 17 partidos constituídos no final de 1988, o sistema partidário sofreu outra expansão em 1989, quando o TSE habilitou 22 partidos para disputar a eleição direta para presidente da República no final daquele ano, que encerrou a terceira e última fase da transição brasileira.

Sendo assim, nas eleições de 1989, dois candidatos de partidos pequenos, (cuja retórica contra o governo Sarney fora mais contundente), Fernando Collor (PRN) e Lula (PT), foram para o segundo turno. Já os dois maiores partidos da ANC, parceiros na *Aliança Democrática* – o PMDB e o PFL –, ficaram reduzidos à sétima e nona posições na corrida presidencial: Ulysses Guimarães, com 4,74%, e Aureliano Chaves, com 0,89% dos votos válidos. No segundo turno, realizado em 17 de dezembro, Collor conseguiu 49,94% dos votos contra os 44,21% obtidos por Lula.

Portanto,

“a eleição presidencial de 1989 foi inegavelmente um marco na história brasileira, visto que se desenvolveu sob condições de absoluta liberdade partidária e sem que nenhuma candidatura, mesmo aquelas flagrantemente aventureiras ou ridículas, sofresse qualquer impugnação extra-legal”. (Lamounier, 1990, p. 30).

Eram novos tempos que estavam nascendo, onde o pluripartidarismo vigorava e os imperativos militares já não eram uma constante total na cena política brasileira.

## 5 CONCLUSÕES

O artigo procurou mostrar a relação entre transição democrática e ressurgimento dos partidos políticos. Para tanto, buscou analisar a dinâmica político-partidária durante o regime militar e chegando até o ano de 1989, ano das primeiras eleições diretas para a Presidência da República. Sendo assim, foi de essencial importância a discussão histórica, assim como o debate sobre as principais teorias que enfatizaram a questão política do período.

Mas como se apresenta, enfim, o perfil e a evolução do quadro partidário na Nova República? De acordo com Souza (1988, p. 593), os partidos políticos do período de 1985 a 1989 “são diversos dos anteriores, em suas siglas, na amplitude de suas bases, nos seus pontos programáticos e mesmo na militância de seus quadros. No entanto ainda formam um sistema frágil na função governamental e decisória e na representação de interesses da maioria da população”.

---

<sup>14</sup> Além disso, descontentes com os rumos do PMDB na Constituinte, a facção social-democrata MUP (Movimento de Unidade Progressista) se tornou um novo partido, o PSDB, que era representado por 10,7% dos constituintes.

O impacto do autoritarismo sob o sistema partidário foi marcante. Por um lado, legitimou o processo eleitoral como a principal via de resistência à ditadura. Porém, ao mesmo tempo, reforçou a adesão partidária plebiscitária e o aprofundamento da relação de dependência dos partidos em relação ao Estado com a extensão do processo decisório burocrático-centralizador. Além disso, o regime militar erradicou as balizas político-ideológicas que vinham sendo criadas, mas recuperou e reforçou a adesão da população ao tipo de embate plebiscitário produzido pelo bipartidarismo implementado, resultando na identificação em favor da oposição do MDB. No entanto, essa identificação desenvolveu-se dentro do molde de disputas eleitorais.

Sendo assim, a Nova República enfrentou e ainda enfrenta alguns legados do autoritarismo. E, segundo Souza (1988, p. 600), o sistema partidário do período pode ser caracterizado como “destituído de poder no processo decisório fazendo depender o poder competitivo eleitoral dos partidos quase que exclusivamente do acesso às benesses estatais”. Como conseqüência do papel central do Estado brasileiro na política, o padrão decisório que leva à utilização pelos partidos políticos do clientelismo estatal como instrumento essencial de aquisição de poder foi profundamente reforçado. A utilidade do clientelismo cresceu à medida que crescia também a incerteza dos resultados eleitorais e se expandiam os recursos do Estado. Sendo assim, a competição partidária ocorreu durante a redemocratização, mas pelos recursos do Estado e pela utilização da patronagem estatal pelo presidente da República<sup>15</sup>.

Para Kinzo (1990), o período de transição democrática foi caracterizado por um quadro de indefinição partidária acentuado que dificulta o desenvolvimento dos partidos no Brasil. Tal quadro, segundo a autora, tem ligação com três fatores. Em primeiro lugar, a herança do passado democrático, pois a fragilidade do sistema partidário é, em grande parte, decorrente do peso excessivo da estrutura estatal no sistema político (Souza, 1990). Em segundo lugar, a herança do autoritarismo – pois a interferência do governo militar na vida partidária foi um elemento a mais para dificultar a consolidação de uma estrutura partidária. E, em terceiro lugar, a própria transição política, pois o caminho de liberalização dos militares brasileiros seguiu uma estratégia que limitava a capacidade das forças oposicionistas. Foi com esse objetivo que se implementou uma reforma partidária onde se evitou a eleição do primeiro governo civil por sufrágio universal.

---

<sup>15</sup> Segundo Souza (1988, p. 606), “a centralização burocrático do poder decisório e o caráter patrimonialista do Estado brasileiro dificultam o desenvolvimento da nova estrutura partidária e neutralizam, em grande parte, os impulsos democratizantes da abertura política”.

## REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Fernando Henrique. “Desenvolvimento Associado-Dependente e a Teoria Democrática”. In Alfred Stepan (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- COELHO, Ricardo. *Partidos Políticos, Maiorias Parlamentares e Tomadas de Decisão na Constituinte*. São Paulo. Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 1999.
- DINIZ, Eli. “A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura”. *Dados*, n. 3, 1985.
- FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1986.
- FERNANDES, Maria Fernanda L. “Histórico da Participação Político-Eleitoral no Brasil Republicano”. In Humberto Dantas e José Paulo Martins Júnior (org.). *Introdução à Política Brasileira*. São Paulo: Paulus, 2007.
- FLEISCHER, David. *Da distensão à abertura: as eleições de novembro de 1982*. Brasília: UnB, 1988.
- \_\_\_\_\_. “Os Partidos Políticos”. In Avelar, Lúcia e Cintra, Antônio O (org.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- KINZO, Maria D'alva. “O quadro partidário e a Constituinte”. In Bolívar Lamounier (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990.
- \_\_\_\_\_. “A Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição”. *São Paulo em Perspectiva*, 15(4), 2001.
- LAMOUNIER, Bolívar. “O Brasil Autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura”. In Alfred Stepan (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. “Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor”. In Bolívar Lamounier (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990.
- MARTINS JÚNIOR, João Paulo. “Os Partidos Políticos”. In Humberto Dantas e José Paulo Martins Júnior (org.). *Introdução à Política Brasileira*. São Paulo: Paulus, 2007.
- SALLUM JR., Brasílio. *Labirintos. Dos Gerais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 52, Junho de 2003.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. “A Nova República Brasileira: sob a Espada de Dâmocles”. In Alfred Stepan (org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.
- STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VELASCO E CRUZ, Sebastião. “Passado e Presente: a crise de ontem e nossas escolhas atuais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 12, n. 35, São Paulo, 1997.

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1985.